

A noção de ideia na filosofia medieval: apresentação

Moacyr Novaes (*USP/CNPq*) e

Alfredo Storck (*UFRGS/CNPq*)

discurso 40

A presente coletânea reúne trabalhos apresentados no IV Colóquio de História da Filosofia Medieval, evento organizado pelo GT de História da Filosofia Medieval e Recepção da Filosofia Antiga, entre os dias 09 e 11 de agosto de 2006 no Departamento de Filosofia da USP e que teve por tema: *A noção de ideia na Filosofia Medieval*.

Como ocorre com muitas das noções centrais da filosofia medieval, a noção de *ideia* possui uma série de significados e usos que precisam ser traçados historicamente para que seja possível entender melhor seu legado medieval. Assim, além da óbvia significação de “representação mental”, a noção foi empregada pelos medievais em pelo menos dois sentidos básicos: arquétipo e conteúdo cognitivo. Essas duas acepções representam dois contextos nos quais a noção de ideia foi usada para resolver problemas bastante distintos. O seu emprego como “arquétipo” possui origem marcadamente neoplatônica e pode ser encontrado no âmbito de debates acerca da criação do mundo e dos instrumentos empregados por Deus na criação. Durante toda a Idade Média, autores cristãos buscaram refutar a tese de origem grega segundo a qual não haveria sentido em se falar na criação livre do mundo por parte de Deus, pois que o mundo emanaria de Deus de acordo com um processo causal regular e que dispensava a vontade livre divina. A crítica ao emanacionismo provocou a retomada de várias teses agostinianas acerca da natureza divina, sobretudo no que diz respeito à matéria e modo de seu pensamento. Em sua célebre crítica a Platão (AGOSTINHO, 1975, p. 70-73), Agostinho parece admitir a validade da noção de ideia formulada pelo pensador grego. Como comenta Tomás de Aquino (AQUINO, 1993, p. 14-27), Platão afirmou que as ideias são as formas das coisas e que subsistem por si separadas da matéria e por cuja participação o intelecto humano conhece todas as coisas. Mas foi Agostinho quem sustentou, no lugar das ideias platônicas, que as razões (*rationes*) de todas as criaturas existem na mente divina e que tudo é formado de acordo com elas, sendo também de acordo com elas

que a alma humana conhece todas as coisas. A despeito das críticas de Tomás, o movimento realizado por Agostinho é decisivo e marcará fortemente a interpretação medieval de Platão. Henrique de Gand, por exemplo, negará explicitamente que as ideias tenham realidade fora da mente divina, transformando-as assim em modelos pelos quais Deus pensa e cria o mundo. Desse modo, contrariamente ao que ocorre, por exemplo, no modelo aviceniense, o Deus de Henrique de Gand podia pensar uma infinidade de coisas e escolher criar algumas entre elas. A liberdade divina passa a ser então explicada justamente por esta escolha.

Já o uso da noção de ideia como significando o conteúdo ou imagem mental possui certamente origem aristotélica e remonta às traduções, realizadas por Boécio, do *De Interpretatione*. Nessa obra, o filósofo grego sustenta a existência de “estados da alma” como resultado da percepção sensível do mundo. A percepção de determinado objeto causaria uma imagem a qual teria por função ser o significado último de nossa linguagem. As palavras que os usuários de uma língua qualquer utilizam são, sem dúvida, utensílios arbitrários criados pelo homem para falar do mundo. Todavia, falantes de línguas distintas podem estar falando do mesmo objeto porque, a despeito da arbitrariedade das palavras, as imagens mentais que ambos possuem representam os mesmos objetos. Durante a Idade Média, essa tese sofreu várias interpretações, sobretudo devido ao modo problemático de obtenção das ideias. Com efeito, qual exatamente o processo causal que produz as imagens na mente humana? Segundo uma certa interpretação de Tomás de Aquino, a percepção sensível seria um processo complexo envolvendo diversas etapas intermediárias. Em virtude de sua estrutura formal, uma coisa sensível participa na operação dos corpos celestes e, assim, torna-se apta a comunicar seus traços essenciais, como espécies inteligíveis, para o meio e para os órgãos dos sentidos. Quando as espécies são assimiladas pelos órgãos, o processo causal alcança um nível que pode ser chamado “abstração”. A atualização plena da estrutura fisiológica dos sentidos pos-

sibilita à alma humana construir representações chamadas fantasmas. O fantasma, por sua vez, permite ao intelecto agente formar espécies inteligíveis. Essa explicação causal será alvo de longos debates no período, sobretudo durante o século XIV, quando não serão mais necessárias as espécies inteligíveis para formação de ideias na mente humana.

Bibliografia

- AGOSTINHO. *De ideis (Quaestio XLVI)*, in *De diversis quaestionibus octaginta tribus liber unus*, edidit A Mutzenbecher, Corpus Christianorum, series latina 44 A, Turnhout, Brepols, 1975.
- AQUINO. T. de. *Summa Theologiae* I, 84, 5. Texto latino e tradução portuguesa em: TOMÁS DE AQUINO, *Suma de Teologia, Primeira parte, questão 84*, tradução de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento, in *Cadernos de Trabalho do CEPAME*, 2/1, 1993.

